

XVIII CICA – Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria

**O papel dos portais eletrônicos de órgãos deliberativos locais no exercício da  
*accountability* democrática: um estudo comparativo Brasil-Portugal**

Débora Reis Leal de Lima ([deborareisdelima@gmail.com](mailto:deborareisdelima@gmail.com))

Instituto Politécnico de Bragança, Av. 25 de Abril, lote 2, 58370-202, Mirandela, Portugal

Sónia P. Nogueira ([sonia@ipb.pt](mailto:sonia@ipb.pt)) - autor de contato

Instituto Politécnico de Bragança, Av. 25 de Abril, lote 2, 58370-202, Mirandela, Portugal

Centro de Investigação em Ciência Política

Hilda Alberton de Carvalho ([hilda@utfpr.edu.br](mailto:hilda@utfpr.edu.br))

Universidade Tecnológica do Paraná, Av. 7 de Setembro, 3165, 80230-901, Curitiba, Brasil

Os autores autorizam expressamente a publicação do texto completo da comunicação.

**Tópico de inclusão temática:** H. Setor público e não lucrativo

**Resumo:** No âmbito da democracia digital, os portais eletrônicos dos órgãos da Administração Pública, como os deliberativos locais, podem representar um potencial meio de comunicação entre governos e sociedade, inclusive fomentado a participação cidadã e demais práticas relacionadas a *accountability*. Tal eficiência, porém, pode estar associada à construção destes sítios de forma amistosa ao cidadão comum, sob bases democráticas ecléticas, acessíveis e que considerem as especificidades dos usuários. O objetivo deste artigo é analisar

em que medida os portais eletrônicos dos órgãos deliberativos locais de Brasil e Portugal estão preparados para as práticas de *accountability* democrática. Com o uso de técnicas mistas de pesquisa, os resultados apontam para a preferência pela função informativa destes sites, em detrimento da implementação de ferramentas tecnológicas que suportem a autonomia política do cidadão.

**Palavras-chave:** Democracia digital, Tecnologia da Informação e Comunicação, websites governamentais, parlamentos digitais.

**Abstract:** In the context of digital democracy, the electronic portals of Public Administration bodies, such as local deliberative ones, can represent a potential means of communication between governments and society, including fostering citizen participation and other practices related to accountability. Such efficiency, however, may be associated with the construction of these sites in a friendly manner to the ordinary citizen, under eclectic democratic bases, accessible and that consider the specificities of the users. The purpose of this article is to analyze the extent to which the electronic portals of the local decision-making bodies in Brazil and Portugal are prepared for democratic accountability practices. With the use of mixed research techniques, the results point to the preference for the informative function of these sites, to the detriment of the implementation of technological tools that support the political autonomy of the citizen.

**Keywords:** Digital democracy, Information and Communication Technology, government websites, digital parliaments.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) motivaram inúmeras mudanças nas formas de relacionamento entre pessoas, instituições e, inclusive, entre a sociedade e os governos e administrações públicas. As tics potencializaram as expectativas de melhor comunicação dos governos e maior participação da sociedade, por meio do movimento denominado democracia digital, que propunha uma aproximação do cidadão comum às esferas antes exclusivas do Estado (Barber, 1998; Cardoso *et al.*, 2003; Coleman, 2015; Deth, 2015).

Enquanto os *cyber*-otimistas acreditavam ser esta a solução para todos os problemas relacionados à apatia social das democracias modernas, um outro grupo, mais pessimista, questionava o real poder das tic perante a democracia caso as tic, e não a democracia fossem o ator principal desta relação, de modo que os cidadãos fossem sobrecarregados com informações demasiadas a ponto não poderem identificar o que era relevante do que não era (Coleman, 2015; Norris, 2001; Schafer, 2015; Valbruzzi, 2015).

Nesta perspectiva, diversos autores apontam para a importância de os sites governamentais serem construídos com bases ecléticas, de modo a não apenas divulgar informações em massa, mas comportarem a autonomia do cidadão enquanto ator político (Kluver, 2015; Shane, 2006; Warf, 2018). O desafio dos profissionais da ciência da informação é diminuir as assimetrias informacionais e os entraves na comunicação entre governos e governados, por meio da implementação de portais digitais que assegurem a disponibilização de informações úteis, acessíveis e compreensíveis à toda a população, em um real esforço de qualificar a participação pública e a legitimidade democrática (Barros, 2015; Phang & Kankanhalli, 2007; Rêgo & Freire, 2018).

Este estudo comparativo, tem por objetivo central analisar em que medida os portais eletrônicos dos órgãos deliberativos locais de Brasil e Portugal estão preparados para as

práticas de *accountability* democrática. Embora os órgãos executivos sejam na maioria das vezes o objetivo central dos estudos sobre *accountability* democrática (Massuchin & Oliveira, 2020), ressalta-se a relevância dos trabalhos dos órgãos deliberativos locais uma vez que estes representam suas comunidades e são responsáveis pela administração dos interesses dos cidadãos, exercendo funções importantes como a fiscalização do executivo, a aprovação do orçamento municipal e, ainda, a formação cívica e democrática da comunidade (Costa, 2016; Sousa *et al.*, 2015). Sob esta perspectiva, Costa (2016) destaca que estes órgãos são mais próximos da sociedade quando comparados a instâncias superiores de governos e podem oferecer maiores possibilidades de participação, o que acaba por despertar um sentimento de cidadania local, muito importante para as práticas cívicas e para o engajamento político.

Os órgãos deliberativos locais, nomeadamente as câmaras municipais brasileiras e as assembleias municipais portuguesas, acumulam atribuições similares, seja no âmbito da fiscalização (com o julgamento das contas do executivo ou os pedidos de informação a este órgão) ou da deliberação (sobre assuntos de interesse local, taxas e impostos municipais, organização dos serviços públicos municipais, organização e geminação de municípios). Contudo, os deliberativos brasileiros se diferem dos portugueses uma vez que além de possuírem a competência de legislar sobre assuntos locais dentro dos limites constitucionais, possuem estrutura e orçamento próprios (Moraes, 2018; Portugal, 2013; Sousa & Grilo, 2018).

A metodologia empregada neste estudo valeu-se de procedimentos mistos, com primeira fase qualitativa (pesquisa bibliográfica e documental) para a construção de formulário de verificação por meio das técnicas de análise de conteúdo segundo Bardin (2016) e do Índice de *Accountability* de Deliberativo Local (IADL), e segunda fase quantitativa, com o tratamento estatístico e análise dos dados recolhidos.

Além desta seção introdutória, este artigo conta com uma seção de revisão de literatura, com as principais abordagens da relação entre democracia, *accountability* e tics. O percurso metodológico é tema da terceira seção, seguido pela discussão dos principais resultados e enfim, pelas considerações finais.

## **2. Revisão de Literatura**

### **2.1 A relação entre *Accountability* e Democracia**

A palavra “*accountability*” surge no âmbito da Administração Pública, tanto brasileira quanto portuguesa, com o advento de reformas administrativas, ocasionadas pelas ineficiências do modelo burocrático (tais como os altos custos para a manutenção da máquina estatal e consequente crises financeiras), na metade do século XX (Araújo, 2007; Cardoso, 1995; Secchi, 2019).

Efeito de tais reformas, a Nova Gestão Pública (NGP) objetiva uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, com foco no cidadão, incorporando instrumentos antes pertencentes apenas ao modelo privado de gestão, dentre eles a *accountability* (Cunha *et al.*, 2015, Secchi, 2019). Para Bresser-Pereira (2002), a NGP é vista como uma exigência dos países democráticos, uma vez que integra não apenas valores como a eficiência na gestão pública, mas também implementa mecanismos de controle de resultados e controle social, sendo estes típicos do exercício da *accountability*, no intuito de descentralizar o poder dos governantes por meio da participação social.

Neste sentido muitos autores relacionam a NGP à Teoria da Agência, por entenderem que tal modelo insere, além dos governos, novos atores no contexto da Administração Pública, via participação popular e terceirização de serviços, por exemplo, o que aumenta as demandas e a complexidade das questões relacionadas aos interesses conflitantes destas agências, seja devido aos processos de comunicação e escolha, pela assimetria informacional

entre as partes, ou ainda devido as bases comportamentais dos agentes (Akutsu, 2005; Araújo, 2007; Batalha, 2016; Behn, 1998; Cunha *et al.*, 2015; Nunes *et al.*, 2017; Olsen, 2018). Para Rodrigues e Araújo (2005), é necessária uma constante comunicação e atualização dos acordos, para o aumento da confiança mútua entre os atores envolvidos.

Embora não haja ainda uma tradução única na língua portuguesa, o conceito de *accountability* envolve termos como: democracia e participação, prestação de contas e controle, responsabilização, transparência e legitimidade política (Abrucio & Loureiro, 2004; Akutsu, 2005; Barros, 2015; Behn, 1998; Miguel, 2005; Nunes *et al.*, 2017; O'Donnell, 1998; Olsen, 2018; Parkinson, 2015; Raupp & Pinho, 2013; Rêgo & Freire, 2018;).

Dentre as principais classificações de *accountability*, cita-se as definidas por O'Donnell (1998): vertical (ou política) e horizontal (ou governamental). Enquanto a primeira se dá durante o processo eleitoral, principalmente por meio do voto, a segunda remete à fiscalização mútua entre os poderes e agências controladoras. Contudo, interessa para este estudo a classificação entendida por Behn (1998) e Olsen (2018), que entende a *accountability* como um instrumento essencial às relações de confiança entre o Estado e a sociedade, por meio da qualidade das informações prestadas, equalização da autoridade, identidade cívica e participação popular. Para os mesmos autores (1998; 2018), esta classificação se refere à *accountability* democrática.

Para Abrucio e Loureiro (2004), a *accountability* democrática tem base nas demandas de prestação de contas dos governantes, por seus atos e não atos, de forma ininterrupta e por meio de mecanismos institucionais. Para os mesmos autores (2004), esta classificação não diverge da classificação de *accountability* vertical posta por O'Donnell (1998), mas dá ênfase não apenas ao processo eleitoral, mas também ao controle institucional durante o mandato dos governantes eleitos e às regras que limitam o poder destes. Nesta orientação, Behn (1998) chama a atenção para o protagonismo das instituições públicas nos processos de

accountability democrática, por considerar serem estas as responsáveis para implementação de instrumentos que aumente o desempenho, a transparência e a responsabilização dos agentes públicos diante à sociedade.

Olsen (2018) destaca a importância dos processos de interação entre as instituições políticas, os governantes eleitos, a sociedade e as questões de agência, e reforça que o não exercício da *accountability* democrática implica em déficits democráticos. Para o mesmo autor (2018), além das abordagens convencionais, este modelo considera, entre outras, as questões de agência e ambiguidade, no sentido da prestação de contas por meio de informações complexas, vagas e pouco claras.

Diante o exposto, evidencia-se a importância do processo de comunicação institucional na mitigação das assimetrias informacionais (o que remete à Teoria da Agência), no intuito de que a informação prestada seja clara, objetiva e acessível. Behn (1998) avalia que questões comportamentais podem levar os agentes a dificultar esta comunicação, tornando-a complexa e demasiada técnica. A este propósito, Olsen (2018) pondera que a burocracia tem poder para sobrecarregar os cidadãos de informações incompreensíveis e irrelevantes, favorecendo a ambiguidade na comunicação e ocultando preferências estratégicas dos agentes o que torna imprescindível que na vida política, as informações sejam inteligíveis em termos normativos e causais. Os cidadãos apenas estarão bem informados a ponto de formularem opiniões embasadas e críticas ao sistema e às decisões públicas se puderem aceder informações que são capazes de encontrar (acessibilidade) e compreender (inteligibilidade).

## **2.2 O uso das TICs no Exercício da Democracia**

Se no passado a democracia estava condicionada à classe social, gênero ou número de pessoas que podiam exercer o direito ao voto, nos dias de hoje, o índice de desenvolvimento democrático pode ser medido pelo número de espaços onde o cidadão exerce seu poder de

decisão, no voto e para além deste, e exige novas formas de participação (Bobbio, 2017). A este propósito, Coleman (2015) e Deth (2015) afirmam que a Internet oferece novas oportunidades para a democracia, uma vez que possui vantagens como a velocidade das comunicações diretas e o baixo custo da participação popular virtual.

De fato, as TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) estão cada vez mais acessíveis e surgem como potenciais espaços democráticos: uma pesquisa brasileira revelou que cerca de 71% dos domicílios possuía acesso à Internet, sendo que para 85% dos entrevistados o telemóvel foi apontado como principal instrumento de acesso à rede, e 68% dos usuários acediam à serviços governamentais pelo meio digital (Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2020). Os números portugueses são similares: 80,9% dos portugueses acediam a Internet em 2019, sendo a maioria (82,5%) por meio dos telemóveis e 54% destes utilizavam a rede para obter informações de organizações públicas (INE, 2020). Importante destacar que os dois países asseguram o acesso à informação e a disponibilização de documentos públicos em sítios eletrônicos na Internet da administração direta e indireta.

A oportunidade de participação do cidadão comum, em um movimento de expansão política horizontal da sociedade, para pautas antes exclusivas às instituições governamentais, que extrapolam o acesso à documentos digitalizados uma vez que conduzem o cidadão para o processo de decisão dos governos, é denominada democracia digital (Coleman, 2015). Para Cardoso et al (2003), as TIC são consideradas uma alternativa às práticas democráticas tradicionais. Shane (2015) acrescenta que os governos que objetivam alcançar maior legitimidade democrática, devem considerar bases sólidas e ecléticas de democracia promovidas pelos governos digitais. Estes, são entendidos como uma “infraestrutura única de comunicação compartilhada por diferentes órgãos públicos, a partir da qual a tecnologia da informação e comunicação é usada de forma intensiva para melhorar a gestão pública e o atendimento ao cidadão” (Rover, 2006, p.99).

Sobre os governos digitais, há de se fazer uma importante diferenciação entre os portais eletrônicos dos órgãos executivos para os deliberativos, alvo deste estudo. Enquanto os primeiros visam além de informar e incentivar a participação cidadã, fornecer serviços de modo a simplificar procedimentos burocráticos (Rego & Freire, 2018; Warf, 2018), os portais eletrônicos dos órgãos deliberativos são essencialmente informativos, voltados ao controle e à fiscalização, e fundamentais à promoção de atividades de engajamento e participação democrática (Raupp & Pinho, 2013; Bernardes & Leston-Bandeira, 2016), suprimindo lacunas de transparência e *accountability*, com potencial para fortalecer as relações de confiança e subsidiar a lógica eleitoral (Barros, 2015).

Porém, um aspecto merece destaque: vários estudos apontam que embora os órgãos deliberativos e parlamentares tenham reconhecido as potencialidades da Internet na legitimação democrática e até mesmo incorporado algumas práticas, ainda há importantes barreiras para sua efetividade. Isto porque com frequência estes sites se utilizam de linguagem complexa e própria dos legisladores, além de serem construídos de forma pouca amistosa ao cidadão comum. Com isto, ao invés de convidarem o cidadão comum à uma participação de qualidade, se tornam meros murais digitais, repletos de informação sobrecarregadas, subutilizando ferramentas digitais (Bernardes & Leston-Bandeira, 2016; Norris, 2001; Raupp & Pinho, 2013). O desafio é tornar estas estruturas porosas e efetivamente democráticas, para que atuem como elo na comunicação entre os parlamentares e a sociedade (Leston-Bandeira, 2009).

Nesta decorrência, destaca-se a importância da Ciência da Informação na construção destes sítios eletrônicos, resguardando os preceitos da acessibilidade, da inteligibilidade e da usabilidade, entre outros (Barros, 2015; Raupp & Pinho, 2013; Rêgo & Freire, 2018). Para Rey-Moreno *et al.* (2017) cabe a Administração Pública e seus técnicos de informática a

tarefa de construir portais eletrônicos porosos, que convidem à interação, a experiência e à continuidade do uso.

Os portais eletrônicos que considerarem tais pontos, podem facilitar o acesso e a compreensão da informação, em um esforço de se tornar este ambiente virtual confiável e amigoso, capaz de capacitar o cidadão à participação de qualidade, à monitorização, avaliação e responsabilização eleitoral.

#### 4. Metodologia

Para responder à questão central e alcançar os objetivos deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa mista, com métodos qualitativos na primeira fase (pesquisa bibliográfica e documental) que subsidiaram a criação de um formulário de observação (instrumento desta pesquisa) e quantitativos na segunda (análises estatísticas) para análise dos resultados e discussão. O formulário de pesquisa foi determinado com base nas técnicas de análise de conteúdo segundo Bardin (2016), e estruturado em 3 categorias principais, 9 subcategorias e 88 componentes que foram observados nos websites dos órgãos deliberativos locais das capitais brasileiras e das capitais dos distritos portugueses, entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. Assim configurado, foi analisada a frequência dos componentes do formulário, sendo que para cada item identificado no portal foi atribuído o valor 1 (um) e para cada item ausente, o valor 0 (zero). O formulário utilizado é apresentado no quadro 1:

Quadro 1 – Formulário de verificação

<b>Categoria <i>Accountability</i></b>	
<b>Subcategoria: Transparência</b>	
<b><i>Principais autores</i></b>	<b>Componentes analisados (15)</b>
Akutsu (2002); Andrade e Batalha	Assiduidade nas sessões deliberativas

(2017); Barros (2015); Batalha, 2016; Cunha <i>et al.</i> (2015); Dias (2020); Bernnandes e Leston-Bandeira (2016); Olsen (2018); Raupp e Pinho (2011); Rodríguez <i>et al.</i> (2019); Rose <i>et al.</i> (2018); Sangki (2017); Shane (2006); Valbruzzi (2015); Warf (2018).	Diário Oficial (ou similar)
	Informações institucionais e de funcionamento
	Presidente atual do órgão
	Mesa diretora atual do órgão
	Vereadores/membros eleitos
	Biografia dos atuais eleitos
	Composição partidária do órgão
	Membros de mandato anteriores
	Funções do órgão/membros
	Endereço
	Horário de atendimento
	Telefone da instituição
	E-mail da instituição
Ordem do dia (pauta de deliberações)	
Regimento interno	

**Subcategoria: Prestação de contas**

Principais autores	Componentes analisados (15)
Akutsu (2002); Andrade e Batalha (2017); Barros (2015); Batalha (2017); Cunha <i>et al.</i> (2015); Dias (2020); Leston-Bandeira (2007); Olsen (2018); Raupp e Pinho (2011, 2013); Rodríguez <i>et al.</i> (2019); Sangki (2017); Shane (2006); Valbruzzi (2015).	Atividade parlamentar
	Projetos/ matérias em tramitação
	Projetos/ matérias votadas
	Votações em plenário
	Atas das deliberações
	Resumo das deliberações
	Orçamento municipal aprovado
	Ações de fiscalização ao executivo
	Membros das comissões
	Agenda de reunião das comissões
	Pautas das comissões
	Atividade administrativa
	Despesas com pessoal
	Quadro de pessoal
	Diárias, viagens e senhas de presença
Informações sobre despesas	
Informações sobre receitas	

**Subcategoria: Responsabilização**

Principais autores	Componentes analisados (4)
Akutsu (2002); Andrade e Batalha	Auditoria interna

(2017); Barros (2015); Leston-Bandeira (2007); Olsen (2018); Raupp e Pinho (2011); Valbruzzi (2015).	Informações sobre ética e conduta dos eleitos
	Órgão de controle e fiscalização
	Relatórios enviados
	Pareces das contas municipais

### **Categoria Democrática**

#### **Subcategoria: Participação**

<i>Principais autores</i>	<b>Componentes analisados (18)</b>
Akutsu (2002); Andrade e Batalha (2017); Baker (2009); Barros (2015); Bobbio (2017); Dias (2020); Olsen (2018); Raupp e Pinho (2011, 2013); Rêgo e Freire (2018); Rodríguez <i>et al.</i> (2019); Rose <i>et al.</i> (2018); Sá <i>et al.</i> (2016); Sangki (2017); Shane (2006); Warf (2018).	Informações sobre audiências públicas ou reuniões temáticas
	Transmissão das sessões e reuniões ao vivo pela Internet
	Banco com gravações de sessões e reuniões já realizadas
	Redes sociais da instituição
	Facebook
	Twitter
	Instagram
	YouTube
	WhastApp
	Agenda de eventos da instituição
	Ouvidoria ou Provedor do Município
	Canal para envio de sugestões, reclamações ou informações
	Contato eletrônico dos membros eleitos
	<i>Newsletter</i>
	Enquetes sobre temas de interesse público
	Oportunidades para participação ativa do cidadão
	Comentários sobre projetos/matérias em deliberação
	Comentários em notícias divulgadas
Banco de vídeos, áudios ou imagens de eventos realizados	

#### **Subcategoria: Inteligibilidade**

<i>Principais autores</i>	<b>Componentes analisados (9)</b>	
Barros (2015); Bobbio (2017); Leston-Bandeira (2016); Lourenço (2015); Olsen (2018); Raupp e Pinho (2011, 2013); Rêgo e Freire (2018); Sá <i>et al.</i> (2016); Sangki (2017); Shane (2006).	Glossário / dicionário de termos técnicos	
	Textos explicativos	
	Vídeos explicativos	
	Biblioteca legislativa	
	Programa de educação cívica e política	
	Perguntas frequentes (FAQ)	
	Relatórios simplificados	Produção/atuação por membro
		Produção/atuação da instituição
		Demonstrativos financeiros

#### **Subcategoria: Acessibilidade**

<i>Principais autores</i>	<b>Componentes analisados (8)</b>
---------------------------	-----------------------------------

Baker (2009); Duarte <i>et al.</i> (2020); Ferreira <i>et al.</i> (2016); Hott <i>et al.</i> (2018); Leston-Bandeira (2007); Rêgo e Freire (2018); Sá <i>et al.</i> (2016); Santos <i>et al.</i> , (2019); Silvério <i>et al.</i> (2019); Souza e Hildenbrand (2017).	Aplicativos móveis / apps para telemóveis	
	Assistente de uso / chat	
	Tour virtual pela instituição	
	Necessidades especiais	Libras
		Leitor de tela
		Contraste de cores
	Tamanho da fonte	
	Idioma	

### Categoria TIC

#### Subcategoria: Usabilidade

<i>Principais autores</i>	Componentes analisados (7)	
Andrade e Batalha (2017); Baker (2009); Barros (2015); Caroça (2019); Cucciniello e Nasi (2012); Ferreira <i>et al.</i> (2016); Leston-Bandeira (2007); Lourenço (2015); Raupp e Pinho (2011); Rêgo e Freire (2018); Rose <i>et al.</i> (2018); Sá <i>et al.</i> (2016); Sangki (2017); Shane (2006).	Mapa do site	
	Ferramenta de busca	
	Notícias em ordem cronológica	
	Relate problemas	
	Regra dos 3 cliques	
	Aquivos para <i>download</i>	Gratuito
		Diversos formatos

#### Subcategoria: Funcionalidade

<i>Principais autores</i>	Componentes analisados (6)	
Barrera <i>et al.</i> (2019); Caroça (2019); Carvalho <i>et al.</i> (2016); Carvalho <i>et al.</i> (2005); Ferreira <i>et al.</i> (2016); Marques (2014); Oliveira <i>et al.</i> (2003); Sampaio <i>et al.</i> (2020).	Velocidade de carregamento de conteúdo inferior a 2 segundos <sup>1</sup>	
	Hiperlink para página inicial nos <i>frames</i> do menu principal	
	Navegação consistente <sup>2</sup>	
	Segurança	Domínio institucional
		Site seguro (https)
		Política de proteção de dados

#### Subcategoria: Design

<i>Principais autores</i>	Componentes analisados (6)		
Barrera <i>et al.</i> (2019); Caroça (2019); Carvalho <i>et al.</i> (2005); Marques (2015); Oliveira <i>et al.</i> (2003); Rêgo; Freire (2018); Sampaio <i>et al.</i> (2020); Santos <i>et al.</i> (2013).	Cabeçalho	Logotipo ou brasão do município	
		Identificação do órgão público	
		Menu principal	
		Responsividade <sup>3</sup>	
		Resolução <sup>4</sup>	Letras legíveis

<sup>1</sup> De acordo com testes realizados pelo site Pingdom Website Speed Test.

<sup>2</sup> De acordo com testes realizados pelo site W3C Link Checker.

<sup>3</sup> De acordo com testes realizados pelo site Google Mobile-Friendly Test.

Ainda que todas as categorias sejam entendidas como essenciais ao exercício da *accountability* democrática em portais eletrônicos do órgão deliberativo, este estudo considerou que tais categorias não poderiam assumir o mesmo peso, uma vez que o número de componentes entre cada uma delas não era o mesmo, o que poderia enviesar o resultado e tender para uma ou outra categoria. Assim, adotou-se a metodologia de Martins et al (2016), que afirma que a construção de índices deve ponderar o total de itens analisados em cada dimensão, de forma que haja uma pontuação absoluta observada e outra relativa ao total de itens analisados, conforme a frequência dos componentes, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Definição dos pesos das categorias

<b>Categoria</b>	<b>Número de componentes</b>	<b>Pontuação máxima observada</b>	<b>Pontuação relativa</b>	<b>Peso</b>
<i>Accountability</i>	34	34	100	0,38
<i>Democrática</i>	35	35	100	0,40
<i>TIC</i>	19	19	100	0,22
<i>Total</i>	88	88	100	1

Assim estabelecido, o passo seguinte foi criar um instrumento de aferição de *accountability* democrática nestes websites, de modo a compreender a realidade destes sítios, identificar pontos fortes e pontos a ser melhorados, além de possibilitar a comparação entre os países. Desta forma, o Índice de *Accountability* Democrática do Deliberativo Local (IADL) apresenta variação de zero (0,0) a um (1,0) e indica que quanto mais próximo de um, maiores as iniciativas destes sítios eletrônicos em promover a *accountability* democrática, enquanto valores próximo a zero demonstram a menor disponibilidade destes portais ao incentivo das práticas de *accountability* democrática, por vezes promovendo apenas mera divulgação de informações que já existem fisicamente em arquivos, próximo de uma burocracia digitalizada.

<sup>4</sup> De acordo com testes realizados pelo site Google PageSpeed Insights. Descritores utilizados: “texto visível durante o carregamento” e “dimensão adequada de imagens”.

A metodologia empregada para a definição do IADL foi adaptada pela proposta no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), assim como dos indicadores complementares para cada categoria. O IADL é definido pela soma da pontuação relativa de cada categoria multiplicada pelo peso da mesma, dividido pela somatória dos pesos e, após, por 100, e se apresenta escalonado, conforme figura 1:

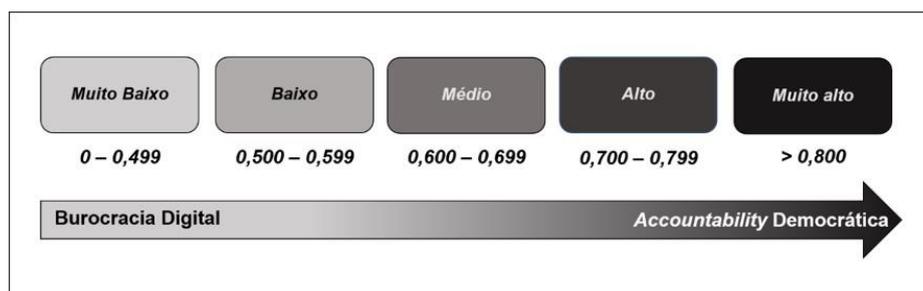


Figura 1 – Escala IADL

Como anteriormente mencionado, este estudo foi aplicado nos portais eletrônicos nos órgãos deliberativos locais das capitais brasileiras e das capitais dos distritos portugueses. Assim, a amostra desta pesquisa contou com 47 sítios eletrônicos oficiais, conforme quadro 2:

Quadro 2 – Amostra de portais eletrônicos

BRASIL		PORTUGAL	
Município	Site Câmara Municipal	Município	Site Assembleia Municipal
São Paulo	www.saopaulo.sp.leg.br	Lisboa	www.am-lisboa.pt
Rio de Janeiro	www.camara.rj.gov.br	Porto	www.cm-porto.pt
Brasília	www.cl.df.gov.br	Braga	www.cm-braga.pt
Salvador	www.cms.ba.gov.br	Coimbra	www.cm-coimbra.pt
Fortaleza	www.cmfor.ce.gov.br	Leiria	www.cm-leiria.pt
Belo Horizonte	www.cmbh.mg.gov.br	Setúbal	www.mun-setubal.pt
Manaus	www.cmm.am.gov.br	Funchal	www.cm-funchal.pt
Curitiba	www.curtiba.pr.leg.br	Viseu	www.cm-viseu.pt
Recife	www.recife.pe.leg.br	Viana do Castelo	www.cm-viana-castelo.pt
Goiânia	www.goiania.go.leg.br	Aveiro	www.cm-aveiro.pt
Belém	www.cmb.pa.gov.br	Ponta Delgada	www.cm-pontadelgada.pt
Porto Alegre	www.camarapoa.rs.gov.br	Faro	www.cm-faro.pt
São Luís	www.camara.slz.br	Santarém	www.cm-santarem.pt
Maceió	www.maceio.al.leg.br	Évora	www.cm-evora.pt
Campo Grande	www.camara.ms.gov.br	Castelo Branco	www.cm-castelobranco.pt

Natal	<a href="http://www.cmnat.rn.gov.br">www.cmnat.rn.gov.br</a>	Vila Real	<a href="http://www.cm-vilareal.pt">www.cm-vilareal.pt</a>
Teresina	<a href="http://www.teresina.pi.leg.br">www.teresina.pi.leg.br</a>	Guarda	<a href="http://www.mun-guarda.pt">www.mun-guarda.pt</a>
João Pessoa	<a href="http://www.joaopessoa.pb.leg.br">www.joaopessoa.pb.leg.br</a>	Beja	<a href="http://www.cm-beja.pt">www.cm-beja.pt</a>
Aracaju	<a href="http://www.aracaju.se.leg.br">www.aracaju.se.leg.br</a>	Bragança	<a href="http://www.cm-braganca.pt">www.cm-braganca.pt</a>
Cuiabá	<a href="http://www.camaracuiaba.mt.gov.br">www.camaracuiaba.mt.gov.br</a>	Portalegre	<a href="http://www.cm-portalegre.pt">www.cm-portalegre.pt</a>
Porto Velho	<a href="http://www.portovelho.ro.leg.br">www.portovelho.ro.leg.br</a>		
Macapá	<a href="http://www.macapa.ap.leg.br">www.macapa.ap.leg.br</a>		
Florianópolis	<a href="http://www.cmf.sc.gov.br">www.cmf.sc.gov.br</a>		
Rio Branco	<a href="http://www.riobranco.ac.leg.br">www.riobranco.ac.leg.br</a>		
Boa Vista	<a href="http://www.boavista.rr.leg.br">www.boavista.rr.leg.br</a>		
Vitória	<a href="http://www.cmv.es.gov.br">www.cmv.es.gov.br</a>		
Palmas	<a href="http://www.palmas.to.leg.br">www.palmas.to.leg.br</a>		

---

## 5. Principais Resultados e Discussão

Os resultados apresentados referem-se às frequências dos componentes das categorias *accountability*, democrática e tic dos portais analisados. Os dados recolhidos foram submetidos à testes estatísticos de normalidade e homogeneidade (o teste de *t de Student* para amostras normais e homogêneas e o teste de *Mann-Whitney* para amostras não-normais e heterogêneas). Todos os testes foram feitos com nível de 5 as% significância. Sendo assim, a diferença é expressa por  $p$ , sendo  $p > 0,05$  estatisticamente semelhantes e  $p < 0,05$  estatisticamente diferentes. As análises são comparativas entre os achados em cada categoria e dos IADLs globais, no âmbito de Brasil e Portugal.

O tratamento dos dados da categoria *Accountability* permite afirmar que Brasil e Portugal são estatisticamente similares entre si ( $p=0,823$ ), embora apresentem diferenças significativas nas subcategorias “transparência” ( $p < 0,05$ ) e “responsabilização” ( $p < 0,0001$ ). Sobre este resultado, tem-se que o Brasil se destaca na subcategoria “Transparência” (média±dp de 84,69±10,09), ao passo que Portugal atinge melhor marca no quesito “responsabilização”, (média±dp de 93,70±17,90).

Contudo, no que concerne o desempenho geral dos dois países, ambos alcançam bons resultados, com médias maiores que 70% (72,65% Brasil e 71,91% Portugal), reforçando o papel das TIC na aplicabilidade da Teoria da Agência no âmbito da esfera pública, num contexto onde os representantes eleitos tem o poder/dever de prestar contas de seus atos e não

atos, estando sujeitos ao escrutínio e a possíveis sanções, como a perda do mandato ou a não recondução ao cargo. A frequência das variáveis identificadas está sintetizada na tabela 2:

Tabela 2 – Categoria *Accountability* e subcategorias

	<b>Brasil</b>	<b>Portugal</b>
<i>Transparência</i>	84,69%	77,33%
<i>Prestação de contas</i>	68,14%	60,67%
<i>Responsabilização</i>	44,44%	93,70%
<i>Accountability</i>	72,63%	71,91%

Desempenho diverso foi verificado na categoria “Democrática”, que apresentou diferenças significativas entre os dois países em todas as subcategorias ( $p < 0,00001$ ). Embora o Brasil apresente maiores pontuações (média±dp de 50,47±11,48, contra média±dp de 18,85±10,08 de Portugal), percebe-se que os sítios eletrônicos dos deliberativos locais de ambos os países conferem pouca ênfase às ferramentas democráticas, principalmente nas relativas a “acessibilidade”. Os resultados, descritos na tabela 3, apontam que o Brasil implementa mais ferramentas relacionadas a “participação” e “inteligibilidade”, ambas com mais de 50% dos componentes verificados presentes.

Tabela 3 – Categoria Democrática e subcategorias

	<b>Brasil</b>	<b>Portugal</b>
<i>Participação</i>	59,25%	17,18%
<i>Inteligibilidade</i>	53,90%	27,77%
<i>Acessibilidade</i>	27,77%	12,50%
<i>Democrática</i>	50,47%	18,55%

É consenso entre autores que o exercício da democracia e a legitimidade política estão estreitamente associados à acessibilidade e inteligibilidade da informação, além de reforçarem o protagonismo da ciência da informação neste âmbito. Isto porque o baixo custo e alto alcance das ferramentas de TIC tem potencial para disseminar informações de forma amistosa e convidativa, tornando o ambiente poroso de fato, com a preocupação da comunicação em duas vias e da experiência de uso que estes sítios podem proporcionar (Akutsu, 2005; Carvalho *et al.*, 2016; Lourenço, 2015; Rey Moreno *et al.*, 2017). Já o abandono de tais

instrumentos pode levar a um sentimento de apatia popular, estimulado pela dificuldade de acesso e entendimento das informações divulgadas (Norris, 2001; Raupp e Pinho, 2013).

Sobre a categoria TIC, os resultados demonstram que Brasil e Portugal são estatisticamente similares entre si ( $p=0,336$  e média $\pm$ dp de  $64,13\pm 7,58$  e  $62,36\pm 8,05$ , respectivamente). O Brasil destaca-se na implementação de ferramentas de “usabilidade” e “design”, ao passo que Portugal atinge maiores marcas em “funcionalidade”, conforme apresentado na tabela 4:

Tabela 4 – Categoria TIC e subcategorias

	<b>Brasil</b>	<b>Portugal</b>
<i>Usabilidade</i>	75,13%	59,99%
<i>Funcionalidade</i>	46,29%	65,83%
<i>Design</i>	69,13%	61,66%
<i>TIC</i>	64,13%	62,36%

Sobre este resultado compete informar que os sítios portugueses prezam mais pela política de proteção de dados, talvez em atenção à forte legislação europeia sobre o tema, mas deixam a desejar da experiência de uso, uma vez que muitos documentos de prestação de contas são disponibilizados na íntegra, alguns com mais de 500 páginas, em formato digitalizado e sem ferramenta de busca, sendo este um obstáculo para o acesso à informação em até 3 cliques e para a melhor resolução de textos e imagens. Os sítios eletrônicos brasileiros, por sua vez, seguem um modelo mais intuitivo, com marcadores exclusivos para diversos componentes e design claro, o que pode estar associado à ferramenta Interlegis, um programa de transferência de tecnologia disponibilizado pelo Senado brasileiro às câmaras municipais, com objetivo de aumentar a integração e a modernização das instituições deliberativas brasileiras, presente em 10 dos 27 sítios analisados.

A análise das variáveis reflete no IADL de cada país, que diferem entre si ( $p<0,0001$ ). De acordo com a escala apresentada na Figura 1, o Brasil tem classificação geral “média” (0,619), ao passo que Portugal teve uma avaliação considerada “muito baixo” (0,485). A

comparação entre os dois países demonstra que o Brasil tem avançado mais rumo ao exercício da *accountability* democrática em meio digital, com a utilização de ferramentas digitais que possibilitem uma participação mais ativa, embora ainda distante dos níveis passíveis de implementação. Ao mesmo tempo, Portugal parece estar preso às formalidades típicas da burocracia, digitalizando e publicando documentos demasiadamente extensos e complexos, numa demonstração de comunicação unilateral, não preparada para suportar as demandas da sociedade, tão pouco para participar o cidadão de suas pautas e decisões.

Dos resultados, percebe-se que os sítios eletrônicos dos deliberativos locais de Brasil e Portugal primam pela divulgação de informações referente à transparência, prestação de contas e responsabilização em detrimento da forma como tais informações são acedidas ou entendidas pelo cidadão comum. Denota-se que a construção destes sítios é demasiada alicerçada em dispositivos legais de exigência de divulgação de dados, com menor foco no usuário e conseqüente lapso de ferramentas que convidem à participação qualificada, em uma estrutura pouco porosa às demandas da sociedade.

Os resultados encontrados por este estudo corroboram com achados anteriores. Barros (2015) conclui, ao analisar os parlamentos dos países de língua portuguesa, que embora Brasil e Portugal se destacassem perante os demais, ambos privilegiavam funções informativas de seus portais eletrônicos, com prejuízo na implementação de ferramentas democrática de fomento à participação qualificada. No âmbito europeu, Leston-Bandeira (2009) observou a mesma tendência a analisar os parlamentos de 15 países. Anos mais tarde, Bernardes e Leston-Bandeira (2016), ao compararem os parlamentos brasileiro e inglês, relataram melhores níveis de implementação de ferramentas democráticas nos sítios eletrônicos do Brasil. No que concerne especificamente às tics, Carvalho et al (2016) e Caroça (2019) identificaram a necessidade de avanços nos quesitos de usabilidade e eficiência para a melhor experiência de uso destes sítios, em consonância com os achados por este estudo.

## 6. Conclusão

Embora muito se argumente sobre o potencial informativo e participativo das ferramentas da tecnologia da informação e comunicação no âmbito da democracia e da administração pública, é possível perceber que a divulgação de informações relativas à prestação de contas ainda estão na centralidade dos portais eletrônicos dos órgãos deliberativos locais. Tal fato pode estar condicionado as legislações nacionais sobre o acesso à informação e transparência ativa, identificado tanto em Brasil quanto em Portugal. Ou ainda, conforme indicam Barros (2015) e Bernardes e Leston-Bandeira (2016), ao tradicionalismo destas instituições, muitas vezes associadas ainda a uma cultura do secreto das votações e demais pautas.

Os resultados revelam embora as informações estejam publicadas, há um hiato na comunicação institucional dos órgãos analisados, uma vez que poucos são os instrumentos democráticos implementados. Sobre isto, Barber (1999) alerta para a necessidade dos ambientes virtuais serem construídos sob bases democráticas e que comportem a autonomia política dos indivíduos. Ainda que a Internet não deva ser percebida como a cura para todos os males da apatia popular (Shane, 2006), Rêgo e Freire (2018) destacam a importância dos profissionais das ciências da informação assumirem um papel ativo na implementação de portais eletrônicos que objetivem as melhoras práticas de accountability, tanto nas questões relacionadas à interatividade na comunicação quanto na transparência e responsabilidade no trato da coisa pública.

Dentre os desafios identificados lista-se a recomendação que os portais portugueses sejam hospedados em sítios próprios, uma vez que hoje estão situados dentro dos portais do poder executivo local, o que parece ser um obstáculo para iniciativas de fiscalização e participação; questões culturais que envolvem os dois países, sejam relativas à democratização ou ao comportamento dos agentes, e ainda as barreiras encontradas na

construção de portais que incentivem a participação por meio de uma comunicação efetiva, e sólidas bases democráticas, em um ambiente amistoso de informações úteis e compreensíveis.

## Referências

- Abrucio, F. L. & Loureiro, M. R. (2018). Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: Pires, R., Lotta, G. & Oliveira, V. E (Org). *Burocracia e política públicas do Brasil* (pp.23-57) IPEA.
- Andrade, C. & Batalha, J. P. (2017) *Índice de Transparência Municipal: Apresentação e Indicadores*. Associação Cívica.
- Akutsu, L (2005, outubro). Portais de governo no Brasil: *accountability* e democracia delegativa. *Anais do Congresso Internacional del Clad Sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Santiago, Chile, 10.
- Araujo, J. F. F. E (2007). Avaliação da gestão pública: a administração pós-burocrática. *Anais da Conferência da UNED*, Coruña, Espanha.
- Baker, D. L. (2009). Advancing E-Government performance in the United States through enhanced usability benchmarks. *Government Information Quarterly*, 26(1), 82-88. <https://doi:10.1016/j.giq.2008.01.004>.
- Barber, B. R. (1999). Three Scenarios for the Future of Technology and Strong Democracy. *Political Science Quarterly*, 113(4), 573-589.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (70 ed.). Almedia Brasil.
- Barrera-Barrera, R., Rey-Moreno, M. & Medina Molina, V. (2019). Factores explicativos de la preferencia y uso de la administración electrónica em España. *Revista de Administración Pública*, 53(2), 349-374. <https://doi.org/10.1590/0034-7612220170391>
- Barros, A. T. (2015). Transparência digital nos parlamentos dos países de língua portuguesa. *Teoria & Pesquisa*, 24(2), 108-120.
- Batalha, S. (2016). A transparência orçamental nos municípios portugueses. In: Almeida, M., Dias, R. & Pereira, P. T. (Org.), *Autarquias locais: Democracia, governação e finanças*. (pp. 33-356). Almedina.
- Behn, R. D. (1998). O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. *Revista do Serviço Público*, 49(4), 05-41. <https://doi.org/10.21874/rsp.v49i4.399>
- Bernardes, C. B. & Leston-Bandeira, C. (2016) Information vs Engagement in parliamentary websites – a case study of Brazil and the UK. *Revista de Sociologia e Política*, 24(59), 97-107. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245905>
- Bobbio, N. (2017). *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. (14ª ed.) Paz e Terra.

- Bresser-Pereira, L. C. (2002). Reforma da Nova Gestão Pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... *Revista do Serviço Público*, 53(1), 5-27.
- Cardoso, F. H. (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.
- Cardoso, G., Cunha, C. & Nascimento, S. (2003). O Parlamento Português na Construção de uma Democracia Digital. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 113-140.
- Caroça, J. P. S. (2019). *Práticas de Prestação de Contas: Meios Digitais nas Autarquias Locais*. (Dissertação, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Portugal).
- Carvalho, R. M., Lopes, P. F., Alexandre, I. & Alturas, B. (2016). Qualidade dos sítios Web da Administração Pública Portuguesa. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 20, 79-98.
- Coleman, S. (2015). *Digital Democracy*. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Comitê Gestor da Internet No Brasil (2020) *TIC Domicílios – Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros 2019*. Recuperado de [https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic\\_dom\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123121817/tic_dom_2019_livro_eletronico.pdf).
- Costa, M. N. (2016). Do estado-nação à cidade como espaço da democracia: análise comparada das experiências de orçamento participativo em Cascais e Brusque. In: Almeida, M., Dias, R. & Pereira, P. T. (Org.), *Autarquias locais: Democracia, governação e finanças*. (pp. 307-332). Almedina.
- Cunha, A. M. V., Ferreira, A. C. S. & Fernandes, M. J. S. (2015). Impacto da Informação Contabilística na Reeleição dos Autarcas Portugueses. *Contabilidade & Gestão*, 17, 41-89.
- Cucciniello, M. & Nasi, G. (2011). Assessing transparency in government: preached, practiced and preferred. Consultado em 03 de novembro de 2020. Disponível em: [www.idep.eco.usi.ch](http://www.idep.eco.usi.ch)
- Deth, J. W. V. (2015). Political participation. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Dias, G. P. (2020). *Determinants of e-government implementation at the local level: an empirical model*. Emerald.
- Duarte, P. S., Ramos, N. M., Ribeiro, D. Q. & Bastos, A. F. V. (2020). A avaliação da acessibilidade web em portais governamentais: o Paraná Inteligência Artificial (PIÁ).

- Ferreira, A., Marques, R. P., Santos, C., Azevedo, G. & Mendes, H. (2016). Avaliação da presença da Internet das Instituições Particulares de Solidariedade Social portuguesas. *Estudos do ISCA*, 14. <https://doi.org/10.34624/ei.v0i14.4697>
- Hott, D. F. M., Rodrigues, G. M., & Oliveira, L. P. (2018). Acesso e acessibilidade em ambientes *web* para pessoas com deficiência: avanços e limites. *Brazilian Journal of Information Studies*, 12(4), 45-52. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n4.06.p45>
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2019). *Sociedade da Informação e do Conhecimento – inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação nas famílias*. Recuperado de: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=354447153&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354447153&DESTAQUESmodo=2).
- Kluver, R. (2015). Internet. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro de 2013. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Recuperado em 11 de junho de 2021, de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/500023/details/maximized>
- Leston-Bandeira, C. (2007). The impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework. *Parliamentary Affairs*, 60(4), 655-674. <https://doi.org/10.1093/pa/gsm040>
- Leston-Bandeira, C. (2009) Parliamentary functions portrayed on european parliaments' web. *Revista Sociologia e Política*, 17(34), 13-27. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000300003>.
- Lourenço, R. P. (2015) An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*, 32(3), 323-332. <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006>.
- Marques, F.PJ. & Pereira, M.A. (2015) *e-Government*. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Martins, V. A., Silva, W. V., Bach, T. M., Amarante, J.G.M.C.C., Souza, A. & Vasconcelos, M. C. (2016, novembro) Construção e mensuração de um índice de discloure voluntário para os portais de municípios paranaenses. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos*, Porto de Galinhas, PE, Brasil, 23, 16.
- Massuchin, M. G. & Oliveira, P. H. (2020). Comunicação pública dos legislativos municipais conectados: accountability, transparência e proximidade com os cidadãos nas redes sociais. *Anais do Encontro Anual da Compós*, Campo Grande, Brasil. Recuperado de:

[http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_40QOO4I1HZ3JDMV5WRJS\\_30\\_8626\\_26\\_02\\_2020\\_17\\_49\\_25.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_40QOO4I1HZ3JDMV5WRJS_30_8626_26_02_2020_17_49_25.pdf). Acedido em 07 jun. 2021.

- Miguel, L. F. (2005). Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. *Revista Sociologia Política*, 25, 25-38. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200004>.
- Moraes, A. (2018). *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de Outubro de 1998*. Atlas.
- Norris, P. (2001), Democratic Divide? The Impact of the Internet on Parliaments Worldwide. *Proceedings of the American Political Science Association annual meeting*, Washington DC, USA.
- Nunes, A., Miranda, P. C & Araújo, J. M. (2017). *Accountability* e Política Pública: uma análise do programa de segurança Viva Brasília - Nosso Pacto pela Vida. *Revista Espacios*, 38(22), 1-4.
- O'Donnell, G. (1998). *Accountability* horizontal e poliarquias. *Lua Nova*, 44, 27-54. <https://doi.org/1090/S0102-64451998000200003>
- Oliveira, J. N., Santos, L. D. & Amaral, L. A. M. (2003). *Guia de Boas Práticas na Construção de Web Site da Administração Directa e Indirecta do Estado*. Gávea – Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade da Informação.
- Olsen, J. P. (2018). *Accountability democrática, ordem política e mudança: explorando processos de accountability em uma era de transformação europeia*. Enap.
- Parkinson, J. (2015). Democracy. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Phang, C.W. & Kankanhalli, (2007). A. Promoting citizen participation via digital government. In: Anttiroiko, A. V. (Ed.). *Encyclopedia of digital government*. IGI Global.
- Raupp, F. M. & Pinho, J. A. G. (2011). Construindo a *accountability* em portais eletrônicos de câmaras municipais: Um estudo de caso em Santa Catarina. *EBAPE.BR*, 9(1), 117-139. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000100008>
- Raupp, F. M. & Pinho, J. A. G. (2013). *Accountability* em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. *Revista de Administração*, 48(4), 770-782.
- Rêgo, H. O. & Freire, I. M. (2018). *Accountability*: novo conceito para a Ciência da Informação?, *Ciência e Informação*, 5(1). 29-40.
- Rey-Moreno, M., Felício, J. A., Medina-Molina, C. & Rufín, R. (2017). Facilitator and inhibitor factors: Adopting e-government in a dual model. *Journal of Business Research*, 28, 542-549 <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.11.015>

- Rodríguez, J. C. Hernández, A. M. L. & Gómez, J. L. Z. (2019). The impact of explanatory factors on a bidimensional model of transparency in Spanish local government. *Government Information Quarterly*, 36(1), 154-165. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.10.010>.
- Rodrigues, M. & Araújo, F. (2005) A nova gestão pública na governação local. Biblioteca digital do Instituto Politécnico de Bragança. *Anais do Congresso Nacional de Administração Pública*. Oeiras, Portugal. 3.
- Rose, J; Flak, L. S. & Saebo, O. (2018). Stakeholder theory for the E-government context: Framing a value-oriented normative core. *Government Information Quarterly*, 35(3), 362-374, <https://doi.org/10.1016/j.giq.2018.06.005>
- Rover, A. J. (2006). A democracia digital possível. *Revista Sequência*, 52, 85-104. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Sá, F., Rocha, A. & Cota, M.P. (2016). From the quality of traditional services to the quality of local e-Government online services: A literature review. *Government Information Quarterly*. 33(1), 149-160. <https://doi.org/10.1016/j.gig.2015.07.004>.
- Sampaio, M., Alturas, B. & Fernandes, A. L. (2020). Avaliação de Websites de Hotéis do ponto de vista do Marketing Digital. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 34, 48-63.
- Santos, S. K. S. L., Teixeira, L. N. B. & Kafure, I. (2019). Acessível para quem? Uma análise de acessibilidade em sítios institucionais. *Brazilian Journal of Development*, 5(6), 4976-4989. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n6-0052>
- Schafer, M. (2015). Digital public sphere. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.
- Secchi, L. (2009). Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública. *Revista de Administração Pública*. 43(2), 347-369. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>.
- Sangki, J. (2017). Vision of future e-government via new e-government maturity model: Based on Korea's e-government practices. *Telecommunications Policy*, 42(10), 860-871. <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2017.12.002>.
- Shane. P. (2006). Digital government and democracy legitimacy. In: Anttiroiko, A. V. (Ed.). *Encyclopedia of digital government*. IGI Global.
- Silverio, A., Eusébio, C.; Teixeira, L. (2019). Heterogeneidade na acessibilidade dos sites da agências de viagens: um estudo na região centro de Portugal. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 35, 18-34.
- Sousa, L. & Grilo, F. (2018). *A qualidade da democracia local vista pelos presidentes das Assembleias Municipais: resultados de um inquérito*. Observatório de Qualidade da Democracia, Lisboa: Universidade de Lisboa.

Sousa, L., Tavares, A. F., Cruz, N. F., Jorge, S. (2015). *A Reforma do Poder Local em Debate*. Imprensa de Ciências Sociais.

Souza, F. J., Hildenbrand, L. (2017). Em questão, a usabilidade do site do INES. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, 23, 90-102.

Valbruzzi, M. (2015). Transparency. In: Mazzoleni, G., Barnhurst, K. G., Ikeda, K. Maia, R. V. M. & Wessler, H. (Org.). *The International Encyclopedia of Political Communication*. Wiley-Blackwell.

Warf, B. (2018). *e-Government*. IN: WARF, B. (Ed.). *The Sage Encyclopedia of the Internet*. Sage Publications.